



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RJ

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 26763727/2023-CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Processo nº 08455.013774/2022-88



TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 08455.013774/2022-88

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: dezembro/2022

Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão

Eletrônico

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação, **sem dedicação exclusiva de mão-de-obra**, de prestação de serviços veterinários (médicos, clínicos, cirúrgicos, internações hospitalares, emergências, ambulância, remoções e transportes), assistência médico-veterinária integral, **de forma continuada**, inclusive responsabilidade técnica, com fornecimento de produtos e equipamentos veterinários, farmácia, medicamentos e suplementos prescritos, insumos de higiene e materiais de consumo, para o atendimento de até 08(oito) cães do Canil, da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, da Delegacia Regional de Polícia Judiciária, da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro(Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ), localizado na Rua C, da Área de Apoio Operacional, do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ, bem como os cães pertencentes à Polícia Federal e suas unidades descentralizadas, quando em trânsito pelo Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Valor Máximo Aceitável
1.1	(CATSER 14001) Prestação de serviços médico-veterinários, consistentes na assistência médico-veterinária integral, inclusive responsabilidade técnica, abrangendo qualquer tipo de procedimento veterinário, como cirurgias, próteses, curativos, implantes, exames, aplicação de vacinas, procedimentos terapêuticos, entre outros, cobertura de saúde para atendimento emergencial (procedimentos e internações decorrentes), com fornecimento de produtos e equipamentos veterinários, medicamentos e/ou suplementos prescritos, insumos de higiene e	Para atendimento de até 8 (oito) cães.

	transporte de cães, por ambulância, entre o Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ e o estabelecimento da Contratada, em caso de necessidade, utilizando-se do seguinte:	
ITEM	Descrição Emergência	Quantidade estimada 12 meses
1.1.1	Visita médica veterinária mensal ao canil para avaliação geral da saúde dos cães	12
1.1.2	Consulta na clínica	8
1.1.3	Consulta especialista	8
1.1.4	Consulta no canil	4
1.1.5	Coleta de material para exame	8
1.1.6	Colocação de coleiras nos animais, para controle de ectoparasitas, contendo imidacloprida a 10% e flumetrina a 4,5%	16
1.1.7	Fornecimento de produto a base de fluralaner 1000mg (a cada 3 meses)	32
1.1.8	Controle de endoparasitas (duas doses - 15 dias)	32
1.1.9	Emissão do Atestado Sanitário para o trânsito de cães e gatos	2
1.1.10	Eutanásia	1
1.1.11	Fluidoterapia	8
1.1.12	Cremação	1
1.1.13	Diária de internação hospitalar	12
1.1.14	Diária UTI	4
1.1.15	Curativo Simples	4
1.1.16	Bandagem simples	4
1.1.17	Curva glicêmica	2
1.1.18	Lavagem Gástrica	1
1.1.19	Medicação endovenosa	16
1.1.20	Medicação intramuscular	16
1.1.21	Medicação oral	16
1.1.22	Medicação subcutânea	16
1.1.23	Medicação tópica	16
1.1.24	Mífase	4
1.1.25	Tratamento para giárdia	4
1.1.26	Sutura de Pele	8
1.1.27	Teste rápido dirofilariose	8
1.1.28	Vacinação contra dirofilariose (Pro-Heart - 30 a 40 kg)	8
1.1.29	Vacinação contra raiva	8
1.1.30	Vacinação contra traqueobronquite	8
1.1.31	Vacinação contra leishmaniose	8
1.1.32	Vacinação polivalente	8
1.1.33	Transporte canil-clínica-canil (trecho)	16
	Procedimentos Clínicos, Cirúrgicos e Ambulatoriais nas seguintes áreas Veterinárias	
	Clínica e cirurgia ortopédica	
1.1.34	Redução de fraturas	2
1.1.35	Resoluções de luxações	2
1.1.36	Tratamento cirúrgico da displasia coxofemoral	1
1.1.37	Tratamento para ruptura de ligamento cruzado	1
1.1.38	Fisioterapia (sessão)	16
	Anestesiologia	
1.1.39	Anestesia local	8
1.1.40	Anestesia epidural	4
1.1.41	Anestesia geral injetável ou inalatória	8
1.1.42	Sedação	4

	Cirurgia de tecidos moles	
1.1.43	Cirurgia castração fêmea (OSH)	1
1.1.44	Cirurgia castração macho (orquiectomia)	1
1.1.45	Correção de hérnia diafragmática	1
1.1.46	Correção de hérnia (umbilical, inguinal)	1
1.1.47	Enterostomia e enterectomia	1
1.1.48	Gastromia e gastropexia	1
1.1.49	Otohematoma	1
1.1.50	Resolução cirúrgica para piometra	1
1.1.51	Torção gástrica	1
1.1.52	Cirurgia laparotomia	1
	Clínica e cirurgia oncológica	
1.1.53	Biópsia	2
1.1.54	Exérese de tumor	2
	Cardiologia	
1.1.55	Eletrocardiograma	4
1.1.56	Ecocardiograma	4
	Cirurgias e procedimentos odontológicos	
1.1.57	Tratamento de canal	2
1.1.58	Tratamento periodontal profilático (incluindo anestesia inalatória)	8
1.1.59	Tratamento periodontal com presença de doença (incluindo anestesia inalatória)	2
1.1.60	Extração dentária	1
	Clínica e cirurgia oftálmica	
1.1.61	Teste de fluoresceína	2
1.1.62	Correção e tratamento de úlcera de córnea	2
	Procedimentos de Patologia Clínica Veterinárias	
	Hematologia	
1.1.63	Hemograma com pesquisa de hematozoários	16
1.1.64	Contagem de reticulócitos	4
	Bioquímica	
1.1.65	Ácido úrico	2
1.1.66	ALT/TGP	16
1.1.67	Bilirrubina frações	2
1.1.68	Bilirrubina total	2
1.1.69	Cálcio	2
1.1.70	CK (creatinaquinase)	2
1.1.71	Colesterol	2
1.1.72	Creatinina	16
1.1.73	Fosfatase alcalina	16
1.1.74	Fósforo	8
1.1.75	GGT	8
1.1.76	Glicose	8
1.1.77	Potássio	8
1.1.78	Lipase	2
1.1.79	Proteínas totais	8
1.1.80	Triglicérides	2
1.1.81	Uréia	16
	Urinálise	
1.1.82	Urinálise completa (EAS - químico, físico, sedimentos)	4
	Parasitologia	
1.1.83	Parasitologia (Exame de fezes)	4
	Microscopia	

1.1.84	Raspado de pele	2
1.1.85	Pesquisa fúngica	2
1.1.86	Cultura e antibiograma	2
	Dosagem hormonal	
1.1.87	TSH	2
1.1.88	T3	2
1.1.89	T4	2
	Leishmaniose	
1.1.90	RIFI/ELISA	2
1.1.91	PCR	2
	Anatomia Patológica (histopatologia)	
1.1.92	Biópsia	2
1.1.93	Citologia aspirativa	2
1.1.94	Necrópsia	1
	Procedimentos de Diagnóstico por Imagem e Exames Veterinários	
	Radiografias em cães	
1.1.95	Radiografia com laudo - 1 posição	8
1.1.96	Radiografia com laudo - 2 posições	2
1.1.97	Radiografia com laudo - 3 posições	2
1.1.98	Radiografia e laudos de displasia coxofemoral	1
1.1.99	Radiografia contrastada do trânsito gastrointestinal	1
1.1.100	Tomografia computadorizada	1
1.1.101	Ultrassonografia	8

1.2. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que o objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de prestação de serviços veterinários a cães de trabalho de grande porte, abrangendo serviços de medicina veterinária, hospitalar, ambulância, medicamentos, farmácia, insumos, suplementos, equipamentos e o necessário para atendimento de emergência e a manutenção da boa saúde dos cães do Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser renovado, por interesse da contratante, por períodos seguidos de 12 (doze) meses, renováveis anualmente, até o limite máximo total de 120 (cento e vinte) meses, face a natureza continuada dos serviços na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista o atendimento das exigências previstas na legislação vigente, uma vez que tem por objetivo a manutenção da saúde dos cães que compõem o plantel do Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ, sendo necessária a contratação de serviços de uma clínica veterinária, de forma continuada.

1.5. A contratação também visa manter as atividades educativas(palestras), atividades de fiscalização preventiva e repressiva ao tráfico de drogas e armas, repressão a facções criminosas, vistorias antibomba, entre outros trabalhos desenvolvidos pelo Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ.

1.6. A contratação de empresa de prestação de serviços continuados de veterinária tem por objetivo atender às inúmeras demandas do Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ.

1.7. Cabe frisar ainda que a negligência no trato de animais pode ser caracterizada como crime de maus tratos, conforme previsto no artigo 32, da Lei 9.605/98.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Sustentabilidade

4.1. Os materiais e peças empregados deverão atentar para a redução de impacto ambiental, ficando a **Contratada** obrigada a:

4.1.1. Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;

4.1.2. Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto;

4.1.3. Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais;

4.1.4. Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). A Administração reserva-se o direito de exigir tal comprovação que poderá feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital;

4.1.5. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.6. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

4.1.7. Deverão ser fornecidos materiais com registro no Ministério da Saúde (ANVISA), sendo obrigatório constar no rótulo dos produtos: prazo de validade, nome do responsável técnico, fabricante, o registro, quantidade, modo de usar, composição química detalhada, ingrediente químico ativo, forma de conservação e armazenamento, advertência de não reutilização da embalagem, precauções, classe toxicológica (se houver), conduta em caso de acidentes.

4.1.8. Além dos critérios de sustentabilidade, eventualmente, inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#).

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.4. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia dos cães e do Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao

interessado o direito de realização de vistoria prévia, com o devido agendamento prévio, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 15 horas.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato.

5.1.2. Solicitação de serviço/Acionamento da Contratada: através de contato telefônico, WhatsApp, video-chamada e/ou qualquer outro canal de comunicação disponibilizado e pré-acordado pelas partes.

5.1.3. Local de atendimento: no Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ, podendo ser nas dependências da Contratada se houver maior benefício para o cão-paciente.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ, localizado na Rua C, da Área de Apoio Operacional, do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ, podendo serem realizados nas dependências da Contratada se houver maior benefício para o cão-paciente.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá utilizar materiais, equipamentos, medicamentos na validade, instrumentos cirúrgicos, ferramentas e utensílios necessários para o bom desempenho dos serviços, com a devida higienização e esterilização, nas quantidades suficientes ao atendimento do objeto deste contrato, promovendo sua substituição quando necessário, primando pela efetividade dos serviços.

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. contratação de serviços, na quantidade e especificações constantes deste Termo de Referência, visando o atendimento dos cães do Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ, com serviço médico-veterinário, conforme especificado no item 1.1 deste Termo.

5.4.2. aprimoramento do exercício das atribuições constitucionais concernentes à Polícia Federal, conforme Portaria nº 15.968-DG/DPF, de 16 de fevereiro de 2022, publicada no Boletim de Serviço nº 034 de 17 de fevereiro de 2022, cujo objetivo é “disciplinar as atividades especializadas do Serviço Especial de Canil Central – SECAN e estabelecer os procedimentos operacionais e administrativos dos Canis Regionais”, e ainda o combate do crescente tráfico de drogas em suas circunscrições, bem como, o apoio aos demais órgãos ligados à segurança pública, quando solicitado, ou mesmo, a participação em campanhas educativas em escolas, através de demonstrações de buscas com os cães e orientações dos respectivos condutores dos cães.

5.4.3. o atual Contrato de Prestação de Serviço Veterinário firmado com esta Superintendência está atingindo o seu final.

5.4.4. as diretrizes relativas à proteção e à defesa dos animais, bem como à prevenção e ao controle de zoonoses no Estado do Rio de Janeiro.

5.4.5. a obrigatoriedade de cumprir as determinações do Decreto Federal nº 24.645 de 10 de julho de 1934 (Lei de Proteção de Proteção aos Animais, bem como, o respeito à Declaração Universal dos Direitos dos Animais).

5.4.6. a obrigatoriedade de cumprir as determinações da Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária- CFMV no 1275 de 25 de junho de 2019, que conceitua e estabelece condições para o funcionamento de Estabelecimentos Médico-Veterinários de atendimento a animais de estimação e dá outras providências.

5.4.7. para que os cães do Canil/DRE/DRPJ/SR/PF/RJ executem o serviço a eles destinados, mantendo-os em perfeito estado de saúde de acordo com as exigências da instituição e da legislação em vigor.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A Contratada, deverá realizar, 1(uma) semana antes de uma possível renovação do contrato e 1(um) mês antes do término do contrato, um exame clínico e laboratorial de todos os cães, com emissão de laudo/atestado médico-veterinário para cada cão.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#)); O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.4. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.7.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo 1 - IMR.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2.1. A avaliação da execução do objeto será realizada, mensalmente, pelo fiscal do contrato, a partir da data do envio da memória de cálculo, da nota fiscal pertinente ao mês do(s) serviço(s) prestado(s) e da Certidão Negativa de Débito da Receita Federal (válida).

7.2.2. Após a constatação da execução contratual, para fins de pagamento à contratada, que deverá estar em dia com as obrigações legais, o fiscal do contrato encaminhará ao Núcleo de Orçamento e Finanças:

7.2.2.1. a Memória de Cálculo Mensal dos serviços prestados, individualizando e discriminando o valor unitário e o quantitativo, efetivamente, prestado de cada item;

7.2.2.2. a Nota Fiscal dos serviços prestados;

7.2.2.3. a Certidão Negativa de Débito da Receita Federal;

7.2.2.4. o atesto dos serviços prestados.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.4.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou

incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Habilitação jurídica;

8.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.11. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.14. A licitante deverá apresentar:

8.14.1. a certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.14.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.14.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

II - $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$ e

III - $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

8.15. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.16. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.17. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

8.18. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.19. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro (CRMV-RJ), em plena validade;

8.20. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro (CRMV-RJ), quando for o caso.

8.21. Para cumprimento do subitem acima, deverá ser apresentado um total de 50% (cinquenta por cento) da quantidade do serviço a ser contratado.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 152.815,05 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e quinze reais e cinco centavos) conforme custos unitários apostos em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: AS INFORMAÇÕES SERÃO INSERIDAS NA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATO.

I - Gestão/Unidade: [...];

II - Fonte de Recursos: [...];

III - Programa de Trabalho: [...];

IV - Elemento de Despesa: [...];

V - Plano Interno: [...];

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



Documento assinado eletronicamente por **PAULO MAURICIO RABELLO BASTOS, Agente de Polícia Federal**, em 15/05/2023, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29026097** e o código CRC **B19132F7**.